

VII Congresso do IBDCivil – “A Construção da Legalidade Constitucional nas Relações Privadas”

REGULAMENTO DO CONCURSO DE TRABALHOS ACADÊMICOS III PRÊMIO CLÓVIS BEVILÁQUA

A Comissão Científica do VII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil FAZ SABER que as inscrições para apresentação de trabalhos científicos no evento estarão abertas no período de 13 de maio a 28 de junho de 2019. Os candidatos, divididos entre as duas categorias deste edital (**graduandos ou profissionais**), interessados em apresentar seus trabalhos científicos em sessão especial do evento, deverão seguir o regulamento abaixo:

Art. 1.º Somente serão aceitas inscrições para a apresentação de trabalhos científicos pelos graduandos e profissionais efetivamente inscritos no Congresso.

Art. 2.º Os congressistas interessados em apresentar trabalhos científicos no VII Congresso do IBDCivil deverão submeter seus textos e documentação exigida para a comissão responsável por meio do *site* do evento no endereço eletrônico www.congressoibdcivil.com.br.

§ 1.º No momento da inscrição, o candidato deverá indicar em qual categoria pretende concorrer (**graduando ou profissional**).

§ 2.º No ato de inscrição para a apresentação de trabalho científico, o candidato deverá, sob pena de desclassificação:

- I – estar inscrito no VII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil;
- II – ter realizado o pagamento da taxa de inscrição no congresso; e
- III – pertencer à categoria em que pretende concorrer.

§ 3.º Não serão aceitas inscrições sem a efetiva quitação do valor da inscrição no Congresso.

§ 4.º Consideram-se profissionais os bacharéis em Direito, o que deve ser comprovado mediante envio de cópia de seu diploma de Graduação em Direito ou declaração equivalente de sua Instituição de Ensino Superior.

§ 5.º Consideram-se graduandos os estudantes dos cursos de Direito regularmente matriculados em Instituição de Ensino Superior, o que deve ser comprovado mediante o envio de declaração de sua Instituição de Ensino Superior ou comprovante atual de matrícula.

§ 6.º Cada candidato poderá submeter no máximo 1 (um) artigo para participação no III Prêmio Clóvis Beviláqua.

Art. 3.º Os trabalhos devem ser inéditos e desenvolvidos em qualquer tema de Direito Civil, em formato de artigo científico, devendo necessariamente promover um diálogo entre Doutrina e Jurisprudência.

Parágrafo único. Os trabalhos deverão indicar, se for o caso, a qual linha, grupo e/ou projeto de pesquisa o aluno está vinculado em sua IES de origem, bem como o nome do orientador e, se for financiada por órgão de fomento, qual o órgão financiador e demais dados pertinentes do projeto de pesquisa, o que também deverá ser comprovado no ato da inscrição.

Art. 4.º Os trabalhos devem, obrigatoriamente, seguir as normas da ABNT e deverão ser enviados de acordo com as especificações técnicas dispostas neste artigo.

§ 1.º Os trabalhos científicos deverão ser enviados exclusivamente por meio do *site* do evento, a partir do dia 13 de maio de 2019 até o dia **28 de junho de 2019**, precisamente até as **23h59**, juntamente com a documentação especificada no art. 2º deste Regulamento.

§ 2.º Deverão ser anexados dois arquivos distintos em formato Microsoft Word:

I – o primeiro arquivo, cujo nome deve ser apenas o sobrenome do(s) candidato(s), deverá conter os dados pessoais do(s) candidato(s):

- a) título do trabalho submetido;
- b) nome(s) do(s) candidato(s);
- c) qualificação do(s) candidato(s);

d) número de inscrição no CPF/MF, endereço de e-mail e telefone;

e) vinculação institucional do(s) candidato(s);

II – o segundo arquivo, cujo nome deve ser apenas o título do artigo submetido, conterá o artigo científico submetido à participação no III Prêmio Clóvis Beviláqua.

§ 3.º O trabalho deverá atender às normas estabelecidas pelo **ANEXO ÚNICO**.

§ 4.º A revisão gramatical, ortográfica e formal deverá ser providenciada pelo(s) autor(es) do trabalho previamente à submissão.

§ 5.º Os trabalhos científicos poderão ser escritos individualmente ou em coautoria de até 2 (dois) autores, devendo ambos estarem inscritos no VII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil.

§ 6.º Os trabalhos científicos em coautoria de profissional e graduando serão avaliados na categoria dos trabalhos de profissionais.

§ 7.º Na hipótese de coautoria, em sendo selecionado o trabalho, os autores escolherão um único expositor.

§ 8.º A inobservância de qualquer das disposições acima impedirá o exame dos trabalhos, desclassificando o(s) candidato(s).

Art. 5.º A Comissão Científica fará a seleção dos trabalhos, de acordo com o processo de dupla revisão cega.

§ 1.º Serão selecionados para apresentação dois trabalhos de cada categoria, dentre os enviados tempestivamente e que cumpram as normas acima descritas.

§ 2.º Os avaliadores analisarão os artigos, atribuindo-lhes nota de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 3.º A Comissão Científica somará as notas atribuídas por cada dupla de avaliadores e as dividirá por dois.

§ 4.º As notas serão ordenadas em lista, considerando-se selecionados os dois trabalhos de cada categoria com as notas mais elevadas.

§ 5.º Em caso de empate nas duas primeiras avaliações, a Comissão Científica enviará os artigos para um terceiro avaliador.

§ 6.º Persistindo o empate, o critério para resolver será a antiguidade da data e horário de recebimento.

§ 7.º A lista final contendo os trabalhos selecionados para apresentação será apresentada até o dia **2 de agosto de 2019** no *site* do Congresso.

Art. 6.º Os trabalhos selecionados serão apresentados por seus autores durante o VII Congresso do IBDCivil, em data e local a serem definidos, seguidos de cerimônia de premiação.

§ 1.º O tempo de exposição será de no máximo 10 (dez) minutos por trabalho.

§ 2.º A sessão de exposição de trabalhos será presidida por um coordenador especialmente convidado.

§ 3.º O apresentador que desejar utilizar algum recurso audiovisual deverá entregar um dispositivo de armazenamento USB contendo o arquivo Power Point da apresentação no *media desk* do evento com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência da apresentação.

Art. 7.º Os trabalhos escolhidos em cada categoria serão contemplados com prêmios a serem entregues em sessão de premiação que seguirá imediatamente a apresentação dos trabalhos durante o evento.

§ 1.º O primeiro colocado da categoria Graduandos receberá uma placa de premiação, uma coleção de livros jurídicos e a devolução do valor pago a título de taxa de inscrição para participar do VII Congresso do IBDCivil.

§ 2.º O primeiro colocado da categoria Profissionais terá seu trabalho submetido ao Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Civil e receberá uma placa de premiação, uma coleção de livros jurídicos e a devolução do valor pago a título de taxa de inscrição para participar do VII Congresso do IBDCivil.

§ 3.º O segundo colocado da categoria Graduandos receberá uma placa de premiação e uma coleção de livros jurídicos.

§ 4.º O segundo colocado da categoria Profissionais receberá uma placa de premiação e uma coleção de livros jurídicos.

Art. 8.º O congressista, ao efetivar a sua inscrição para apresentação de trabalho, estará expressamente autorizando a publicação do mesmo em eventuais publicações

específicas do Congresso ou do IBDCivil, a critério da Comissão, cedendo gratuitamente seus direitos autorais ao IBDCivil.

Art. 9.º O IBDCivil certificará ao expositor o fato de ter sido o seu trabalho selecionado e apresentado durante o Congresso, para os devidos efeitos curriculares.

Art. 10. Caberá à Comissão Científica do Congresso decidir sobre os casos não previstos neste regulamento.

Art. 11. Em qualquer caso, as decisões da Comissão Científica do Congresso serão soberanas e irrecorríveis.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2019.

Comissão Científica

Coordenadores:

Maria Candida do Amaral Kroetz

Rodrigo da Guia Silva

ANEXO ÚNICO

- Os trabalhos devem ser submetidos em formato Word 97 ou superior (padrão DOC).
- O texto integral, incluindo tabelas, ilustrações e referências bibliográficas, deve estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), seguindo ainda as instruções a seguir:
 - Título em português e em inglês;
 - O título em português deve estar escrito sem negrito, centralizado e em letras caixa-alta. O título em inglês deve estar abaixo do título em português, em itálico, centralizado, em letra caixa-alta.
 - Resumo e palavras-chave em português e em inglês. Cada resumo deve ter no máximo 10 (dez) linhas. O resumo em língua estrangeira deve ser uma versão fiel do resumo em português, assim como as palavras-chave em língua estrangeira. Ao final de cada resumo devem constar 03 a 06 descritores ou palavras-chave para indexação, separados por ponto.
 - Texto contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, mesmo que os tópicos recebam designações diferentes. A estruturação do texto deve se adequar às exigências de um trabalho científico, contendo introdução, desenvolvimento, conclusão e referências.
 - Texto (incluindo elementos pré-textuais e referências bibliográficas) com extensão mínima de 15 (quinze) e máxima de 25 (vinte e cinco) páginas.
 - As referências devem ser feitas em nota de rodapé e alinhadas à esquerda.
 - As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com a NBR 6023/89 (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT). A referência bibliográfica básica deverá conter: sobrenome do autor em letras maiúsculas; vírgula; nome do autor em letras minúsculas; ponto; título da obra em itálico; ponto; número da edição; ponto; palavra edição abreviada; ponto; local; dois pontos; editora (suprimindo-se os elementos que designam a natureza comercial da mesma); vírgula; ano da publicação; ponto. Exemplo: DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 10.
 - A partir da segunda citação da mesma obra, pode-se grafar apenas o sobrenome do autor em letras maiúsculas; vírgula; nome do autor em letras minúsculas; ponto; título em itálico; vírgula; cit.; vírgula, e página. Exemplo: DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*, cit., p. 10.
 - Citações jurisprudenciais devem conter: tribunal, órgão julgador, natureza e número do processo, relator e data do julgamento, nesta ordem. Exemplificativamente: STJ, Xª T., REsp xxx.xxx, Rel. Min. Axxxx Bxxxxx, julg. 2.2.2000; TJRJ, Xª C.C., Ap. Cív. xxxxxxxx.x, Rel. Des. Cxxxx Dxxxxx, julg. 2.2.2000 (ou, alternativamente, publ. 3.2.2000).
 - Anexos (opcionais).
 - Formatação:
 - Espaços
 - entrelinhas: 1,5;
 - entre parágrafos: 0 pts;

- entre título e texto: uma linha (um enter);
- entrelinhas das notas de rodapé: 1,0;
- entrelinhas da citação longa: 1,0;
- entrelinhas de uma mesma referência: 1,0;
- entre uma referência e outra: 6 pts;
- entre o texto e a citação longa: 6 pts;
- Iniciar parágrafo com 1,0 cm na régua do Word;
- Citação longa (mais de 3 linhas) deve ser colocada com 4,0 cm de recuo em relação à margem esquerda (3,0 cm a mais da margem do parágrafo).

Fonte

- Times New Roman
- Resumo 10
- Texto 12
- Citação longa 10
- Nota de rodapé 10

Títulos

- Título do artigo 14 Caixa alta - sem negrito
- Títulos das partes do artigo - 12 Caixa alta negrito
- Subtítulos 12 Caixa alta itálico
- Sub-subtítulos 12 Caixa alta normal

Referências

- Fonte tamanho 12 (destaque para títulos das obras em negrito)

Margens

- esquerda: 3,0 cm
- direita: 2,5 cm
- superior: 2,5 cm
- inferior: 2,5 cm